



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006809-81.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Repetição de indébito**  
 Requerente: **Vamberto Dell Piaggi Epp**  
 Requerido: **"Fazenda do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vamberto Dell Piaggi EPP move ação de inexistência de obrigação tributária c/c ação de repetição de indébito contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Sustenta que foi autuado pela ré, pelo AIIM 3.164.475 (pp. 90), em razão de, no período entre 02.2007 e 09.2007, ter recebido mercadorias acompanhadas de documentação fiscal emitida por empresa inidônea, qual seja, N. M. F. Comercial Ltda., a propósito da qual apurou-se a "inexistência do estabelecimento" (pp. 48/57). Sustenta o autor que, após a autuação, acabou aderindo ao PEP – Programa Especial de Parcelamento e quitou o débito em parcela única. Todavia, o valor era indevido, vez que a declaração de inidoneidade da empresa emitente das notas fiscais é posterior às transações comerciais, sendo que o autor é pessoa de boa-fé. Pugna pela declaração de inexistência da dívida e condenação da ré na obrigação de restituir o indébito.

Contestação ofertada, pp. 207/223, com preliminares de ausência de interesse processual, impossibilidade jurídica do pedido, e, no mérito, pela improcedência.

Réplica às pp. 226/228.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Há interesse processual pois há pretensão resistida e a via eleita é adequada.

A possibilidade jurídica do pedido não se constitui, com o novo CPC, em condição da ação, de modo que não se admite a tese a ela relativa, com o objetivo de se extinguir o processo sem a resolução do mérito.

Ingresso no mérito para julgar improcedente a ação.

A narrativa vertida na inicial, que vincula o julgador em atenção ao princípio da adstrição do julgamento à demanda (= causa de pedir + pedido), não revela a existência de qualquer vício de consentimento previsto em nossa legislação.

Sendo assim, prevalece a confissão do débito, prevista no art 100, § 4º da Lei Estadual nº 6.374/89 ("o pedido de parcelamento implica confissão irretratável do débito fiscal...") e no próprio termo de adesão ao PEP.

Com efeito, embora a confissão não iniba o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos (STJ, REsp 1133027/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, Rel. p/ Ac. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 1ªS, j. 13/10/2010), não é este o caso dos autos, em que o referido ato, voluntário por sinal, representa a confissão da própria infração fiscal, que não pode ser rediscutida judicialmente, como proposto pelo autor.

Subsidiariamente, é de se ressaltar que, no presente caso concreto, sequer foi comprovada a existência real da operação comercial retratada nas notas fiscais emitidas por empresa posteriormente declarada inidônea.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No julgamento proferido pelo STJ, em sede de recurso repetitivo, o qual sedimentou o entendimento no sentido de que a declaração de inidoneidade pelo Fisco só gera efeitos a partir da sua publicação, ficou claro que cabe ao contribuinte, que se creditou do imposto lançado nas notas fiscais posteriormente declaradas inidôneas, demonstrar a efetiva realização da operação mercantil (REsp 1148444/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, 1ªS, j. 14/04/2010).

Ausente qualquer prova nesse sentido, no presente caso, merecendo destaque as cartas de correção referidas em réplica (pp. 227) atestam a correção formal do documento (vg. 102), mas não a efetiva existência da operação, com a entrada da mercadoria, o pagamento, etc.

Ante o exposto, **julgo improcedente a ação**, condenando o autor em custas e despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 13 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**